

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 834. DE 28 DE ABRIL DE 2003.

"Dá nova redação ao Artigo 1º e seus Parágrafos 1º e 2º, Artigos 2º, 3º, 4º e seus Parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal nº 625, de 10/07/2001."

FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA, Prefeito da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - O Artigo 1º e seus Parágrafos 1º e 2º, Artigos 2º, 3º, 4º e seus Parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal nº 625, de 10/07/2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal De Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, integrante do Sistema Nacional e Estadual do Meio Ambiente SISNAMA, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA E Secretaria do Meio ambiente do Estado de São Paulo – SMA, com o objetivo de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - O CONDEMA é órgão consultivo e de assessoramento do Poder Executivo, e deliberativo, no âmbito de suas competências, sobre as questões ambientais propostas nesta.

§ 2º - O CONDEMA terá como objetivo assessorar a formulação e a execução da Política Municipal de Meio ambiente, com o apoio dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - O CONDEMA deverá observar as

seguintes diretrizes:

I – interdisciplinaridade no trato das questões ambientais;

II – participação comunitária;

III – promoção da saúde pública e ambiental;

IV – compatibilização com as políticas do meio ambiente nacional e estadual;

V – compatibilização entre as políticas setoriais e demais ações de governo;

VI – exigências de continuidade, no tempo e no espaço, nas ações de gestão ambiental;

VII – informação e divulgação obrigatória e permanente de dados, condições e ações ambientais;

VIII – prevalência do interesse público;

 IX – propostas de reparação de dano ambiental independentemente de outras sanções civis ou penais.

Ø.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Art.3° - Ao CONDEMA compete:

I – propor diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente;

II – colaborar nos estudos e elaboração dos planejamentos, planos e programas de desenvolvimento municipal, e em projetos de lei sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, plano diretor, ampliação de área urbana;

III – propor normas técnicas e legais e padrões de qualidade ambiental;

IV – estimular e acompanhar o inventário dos bens que deverão constituir o patrimônio ambiental – natural, étnico e cultural do município;

 V – propor o mapeamento das áreas criticas e a identificação de onde se encontram obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;

VI — colaborar no mapeamento e inventário dos recursos naturais do município para a conservação do meio ambiente;

VII – participar e opinar na criação e manutenção de áreas de especial interesse histórico, urbanístico, ambiental, turístico e cultural;

VIII – fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente, sempre que for necessário;

IX — propor e incentivar ações de caráter educativo, visando conscientizar e informar a população sobre os objetivos, os problemas e as ações locais relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável;

 X – propor e incentivar programas e projetos de educação ambiental no município, bem como campanhas de conscientização e informação;

XI — manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e de atuação na proteção ao meio ambiente;

XII – identificar e comunicar aos órgãos competentes, as agressões ambientais ocorridas no município, sugerindo soluções;

XIII – convocar as audiências públicas, nos termos da legislação;

XIV – exigir prévia elaboração de EIA/RIMA para licenciamento de projetos, de obras ou atividades modificadoras do meio ambiente, de iniciativa de atividade pública ou privada;

XV — decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal competente;

XVI – participar da decisão sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

XVII – analisar anualmente o relatório de qualidade do meio ambiente do município.

Art.4° - O CONDEMA será constituído por conselheiros representantes do Poder Executivo, Legislativo Municipal e membros dos órgãos. não governamentais do município, tendo a seguinte composição:

I − 1 (um) representantes da Secretaria de Obras;

II – 1 (um) representante da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente;

III − 1 (um) representante da Secretaria da Saúde;

IV – 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano;

V − 1 (um) representante da Secretaria de Turismo;

VI - 1 (um) representante da Secretaria de Esporte e Lazer;

VII - 1 (um) representante da Secretaria de Educação;

VIII – 1 (um) representante da Câmara Municipal;

IX − 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil;

X — 1 (um) representante das Associações de Comunidades;

XI — 1 (um) representante de Entidade Ambientalista;

XII – 1 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Ibiúna;

XIII - 1 (um) representante das Entidades Sindical;



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

XIV - 1(um) representante da Fundação da Guarda Civil Municipal;

XV - 1 (um) representante da Polícia Militar.

§ 1º - O CONDEMA poderá indicar 02 (dois) suplentes em sua representação para sua substituição na plenária.

§ 2º - Poderão participar das reuniões do CONDEMA, sem direito a voto, de diversos órgãos Estaduais, Federais e Municipais, bem como empresas Públicas e Privadas."

ARTIGO 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 28 DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2003.

FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura e afixada no local de costume em 28 de Abril de 2003.

JAMIL PRADO Secretario da Administração